

Reforma previdenciária pode ser votada até o final de setembro



Jane de Araújo

■ Sarney recebe de João Paulo Cunha a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que, se houver entendimento, a reforma da Previdência estará pronta para ser votada no final de setembro. O líder do PT, Tião Viana, acredita que a proposta não será alterada na Casa. Já o líder do PFL, José Agripino, e o vice-presidente do Senado, Paulo Paim, crêem na aprovação de emendas, fazendo com que o texto retorne ao exame da Câmara dos Deputados.

NOVO PASSO Presidente da Câmara dos Deputados entrega a Sarney o texto da reforma que será examinado pelos senadores

Páginas 4 e 5

Primeiro Orçamento do governo Lula chega ao Congresso

Orçamento para 2004 e Plano Plurianual de Investimentos foram encaminhados à comissão mista. O ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse que o Orçamento impulsionará o crescimento econômico.

Página 3

Maciel defende equilíbrio entre receitas e obrigações

Página 8



PROGRAMA ESPACIAL

Comissões ouvem ministros sobre acidente em Alcântara

Página 8



Waldemir Rodrigues

DÚVIDA Senadores querem esclarecer causas da tragédia no Centro de Lançamento de Alcântara

Ideli propõe alternativa para professores

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comunicou ontem ao Plenário que apresentou projeto para solucionar conflito entre a Constituição e o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto aos salários dos professores. Ideli sugere mudança na aplicação da LRF para permitir a utilização dos recursos previstos na Lei do Fundef, dando condições legais para assegurar a recuperação salarial dos professores.



Rosevelt Pinheiro
Proposta de Ideli viabiliza melhoria nos salários

Costa felicita a Universidade de Viçosa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) saudou o reitor, professores e alunos da Universidade Federal de Viçosa (MG) pela passagem do 77º aniversário de fundação da instituição. Hélio Costa informou que a universidade se tornou centro de excelência na geração de técnicas para desenvolvimento agropecuário.



Rosevelt Pinheiro
Hélio Costa saúda os 77 anos da instituição

O senador também aplaudiu os 115 anos de fundação das cidades de Araguari e Uberlândia, no Triângulo Mineiro.

Agenda

Sessão não deliberativa às 9h

A sessão de hoje, às 9h, e a de segunda-feira, às 14h30, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares. Marco Maciel (PFL-PE) e Paulo Paim (PT-RS) – fotos – são os primeiros senadores inscritos para subir à tribuna. O leitor pode acompanhar os trabalhos do Plenário ao vivo pela TV e Rádio Senado.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Paim recebe suinocultores do Rio Grande do Sul

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebe hoje, às 11h, representantes de cooperativas de suinocultores do Rio Grande do Sul; às 11h30, a missão oficial da Liga Parlamen-

tar Japonesa ao Brasil. Às 14h, Paim realiza encontro com entidades sindicais do serviço público e da iniciativa privada para tratar da reforma da Previdência.



Projeto estabelece código de ética para a TV

O Conselho de Comunicação Social se reúne na segunda-feira, às 14h, para ouvir o deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), coordenador da campanha

“Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, sobre o Projeto de Lei nº 1600/03, que introduz o código de ética da programação televisiva.

Menino Maluquinho visita o Senado

O escritor Ziraldo, criador do Menino Maluquinho, lança na próxima terça-feira a cartilha “Eu Senadoro um passeio – Uma visita do Menino Maluquinho ao Senado Federal”, com a participação de estudantes

do Distrito Federal. A programação inclui um passeio pelas dependências da Casa e a exibição do filme *Menino Maluquinho*. O evento cultural é de iniciativa da Subsecretaria de Relações Públicas



Divulgação



Márcia Kallume

Palocci poderá falar em audiência pública

Presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE), a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve examinar, na terça-feira, às 14h, requerimento pedindo a realização de audiência pública com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci (foto), em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A reunião visa discutir os termos da possível renovação de acordo do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Governadores na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza na próxima terça-feira, às 10h, audiência pública com os governadores do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria; de Goiás, Marconi Perillo; de Minas Gerais, Aécio Neves; do Amazonas, Eduardo Braga; e do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto. A reunião com os representantes das cinco regiões do país visa debater a proposta de reforma tributária.

Cidade amiga do idoso

Na próxima quinta-feira, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), presidente da Subcomissão do Idoso, lança o programa Cidade Amiga da Terceira Idade, que vai premiar os municípios que beneficiem o cidadão idoso. O evento contará com a presença de ministros, parlamentares, representantes de organizações da sociedade civil e dos atores Regiane Alves e Daniel Zettel, padrinhos do programa.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Garibaldi cobra investimento na reforma agrária

Ao enfatizar a importância da reforma agrária como instrumento de promoção da paz no campo, distribuição de renda, fortalecimento da cidadania e fomento à produção agropecuária, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou-se contrário à tese de que a produção de assentamentos rurais não justifica investimentos nem repercute na economia nacional.



José Cruz

Assentados devem formar cooperativa, defende Garibaldi

Para analisar o assunto, Garibaldi considerou acanhada a meta do governo de desapropriação de terras. Na sua opinião, os recursos disponibilizados até agora só são suficientes para assentar 7,2 mil famílias, e não as 60 mil anunciadas para 2003. Ele defendeu a adoção de novos modelos de produção, a partir do cooperativismo.

Aelton sugere comissão de agricultura

O senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a instalação de mais uma comissão permanente no Senado, de agricultura rural, visando contribuir de forma mais efetiva para o fortalecimento da agropecuária nacional. Ele disse ontem que o colegiado poderá transformar-se num foro privilegiado de valorização do setor agrícola e de solidificação das metas do programa de governo do presidente Lula.



Rosevelt Pinheiro

Colegiado valoriza setor rural, diz Aelton Freitas

Para o senador, que é engenheiro agrônomo e produtor rural, os recordes batidos pela agricultura nacional justificam a instalação do órgão. Em seu discurso, Aelton registrou a presença, no Plenário do Senado, dos vereadores Jeová Marques de Queiroz e Cidinha Longo, de Iturama (MG).

Ministro entrega projeto do Orçamento

■ Conforme Guido Mantega, proposta permite ao governo impulsionar o crescimento

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, a proposta do Orçamento da União para 2004. Mantega disse que, com esse orçamento, o governo impulsionará o crescimento, que, em sua avaliação, já pode ser constatado em vários setores da economia.

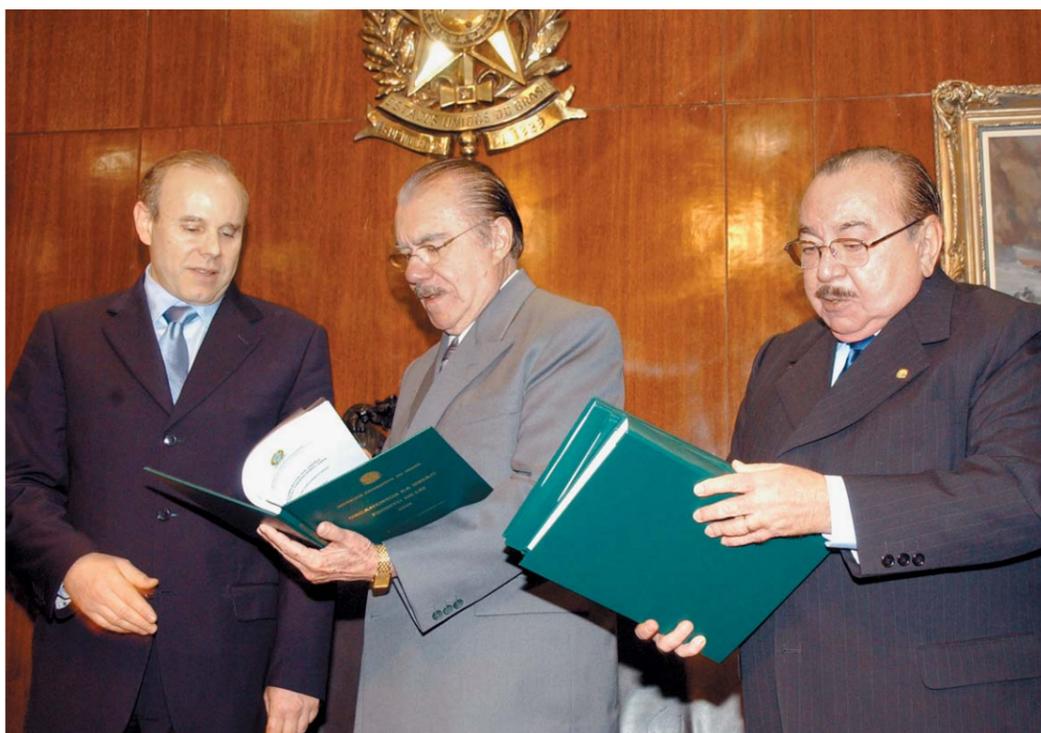
– Chegamos ao chamado fundo do poço em maio. Desde junho, alguns setores estão ensaiando uma recuperação. O primeiro semestre foi um período mais difícil, pois as atividades econômicas ficaram relativamente desaceleradas. Mas o

importante agora é olhar para a frente – salientou.

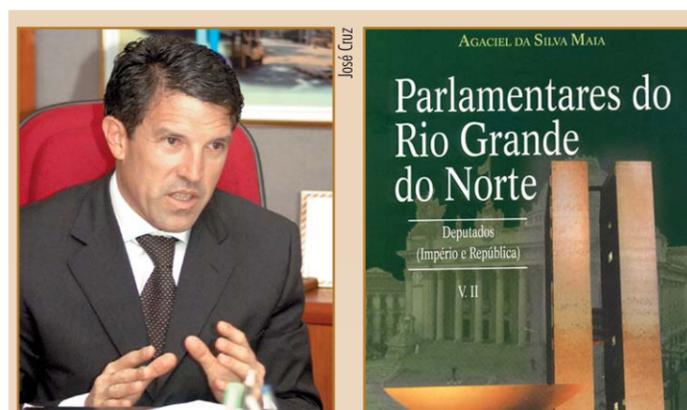
Mantega reconheceu que o quadro foi relativamente recessivo nos primeiros meses do ano, mas afirmou que já é possível ver mais adiante. “Neste trimestre já teremos um crescimento, que vai se acelerar no quarto trimestre”, previu.

Justificando seu otimismo, o ministro disse que as taxas de desemprego chegaram ao ponto mais alto, começando agora a cair. Na mesma análise, ele comentou que a queda na taxa de juros aumentará os investimentos.

– E temos sinais positivos inclusive no cenário externo. Mesmo a economia americana já dá sinais de retomada, o que vai favorecer o nosso comércio externo. Então, só vejo daqui para a frente notícias positivas para o país na área do crescimento – declarou.



ENCONTRO Mantega foi recebido por Sarney e Mestrinho, presidente da Comissão de Orçamento



PERSONALIDADES Diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia apresenta resumo da biografia de 113 deputados federais do RN

Agaciel Maia lança obra na Bienal do Livro de Natal

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, deverá lançar hoje, em Natal (RN), livro de sua autoria intitulado *Parlamentares do Rio Grande do Norte – Deputados – Império e República*, volume II. A solenidade de lançamento da obra, editada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), está prevista para as 19 horas, no estande do Senado na II Bienal do Livro de Natal, no Centro de Convenções, em Ponta Negra.

Com 352 páginas, a obra faz um resumo da biografia e das atividades políticas dos 113 deputados federais do Rio Grande do Norte, nos períodos do Império e da República. O primeiro volume da obra, lançada em 2002, trouxe um resumo da história dos 48 senadores daquele estado.

O segundo volume tem prefácio do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa,

o qual chama a atenção para importantes biografias do livro, como a de Djalma Marinho, autor da célebre frase: “Ao rei tudo, menos a honra” – símbolo da trajetória política daquele parlamentar, que, por negar a licença para a cassação do deputado Márcio Moreira Alves, como presidente da Comissão de Justiça da Câmara, acabou precipitando a edição do Ato Institucional nº 5 e o fechamento do Congresso Nacional, pelo regime militar.

Outros personagens da história potiguar e do Brasil são destaques também na obra de Agaciel Maia, entre eles o ex-presidente da República João Fernandes Café Filho (que assumiu a Presidência após o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954) e Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, considerado “o mártir da tecnologia aeronáutica”.

Congresso lê proposta e inicia tramitação

O Congresso Nacional realizou sessão extraordinária ontem à tarde para leitura da proposta orçamentária para 2004, a primeira elaborada pelo atual governo, e do plano de investimentos oficiais para os próximos quatro anos. O projeto de lei de Orçamento Geral da União (PLN 31/2003) e o Plano Plurianual de Investimentos (PLN 30/2003) foram encaminhados, após a leitura, à Comissão Mista de Orçamento, iniciando formalmente sua tramitação no Legislativo.

A fim de que não haja atropelo nas discussões das duas matérias, os relatores estão mantendo entendimentos para organizar um cronograma de trabalho de forma a permitir que o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) seja votado até o final de outubro, liberando os últimos dois meses do ano para concentrar as negociações em torno do projeto de lei orçamentária para 2004. Embora, como lembrou o deputado Jorge Bittar (PT-RJ), relator do projeto de lei orçamentária, os dois projetos continuem caminhando em paralelo.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), relator do PPA, informou que deverá propor aos líderes dos partidos, na próxima semana, a criação de comitês consultivos para assessorar a relatoria, no lugar da elaboração de relatórios setoriais.

– Com isso, o processo se tornará mais ágil, com os comitês assessorando diretamente um único relator – disse.

Sem ficção

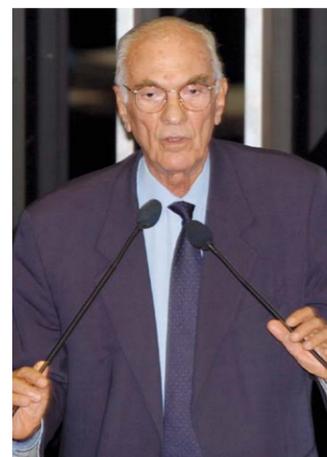
A proposta orçamentária para 2004 foi considerada realista tanto por Bittar quanto pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, que divulgou para a imprensa as linhas gerais.

– Não posso jurar que não haverá contingenciamento. Mas é um orçamento que tem grande chance de não ser contingenciado – afirmou Mantega, argumentando que o projeto foi amplamente discutido com os ministérios e que espera uma “atitude madura” do Congresso, referindo-se à discussão das emendas parlamentares.

O ministro assinalou que as despesas com pessoal e encargos sociais (R\$ 83,9 bilhões) e com benefícios da Previdência (R\$ 124 bilhões) não foram subestimadas, como ocorreu nos últimos anos nos projetos enviados pelo Executivo. O deputado Jorge Bittar confirmou essas informações e reconheceu que há margem estreita de manobra no orçamento para abrigar as emendas parlamentares.

– Vamos trabalhar com o que existe. Não há como deformar a peça orçamentária – declarou Bittar.

Da receita líquida da União,



AGILIDADE Saturnino quer criar comitês consultivos para facilitar relatoria do PPA

de R\$ 342 bilhões, após as transferências constitucionais para estados e municípios de R\$ 60,2 bilhões, o governo está prevendo que os ministérios e os demais poderes tenham R\$ 63,9 bilhões para gastar no custeio da máquina e nos seus investimentos. Essas são as despesas discricionárias, exatamente a parte do orçamento que pode ser alterada pelos parlamentares.

O projeto prevê despesas e receitas totais de R\$ 1,457 trilhões, projetadas com base em inflação de 5,5% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,5% para 2004, conforme parâmetros macroeconômicos fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

José Sarney recebe texto aprovado pela Câmara dos Deputados e diz que, se houver entendimento, votação poderá ocorrer no final de setembro

Proposta chega ao Senado e Tião Viana será o relator

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã de ontem, das mãos do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, o texto da proposta de reforma da Previdência aprovado por aquela Casa. O líder do PT, Tião Viana (AC), apontado como relator, disse acreditar que a matéria não será emendada e termina-

rá sua tramitação no Senado entre o final de setembro e o início de outubro.

– Entendo que há uma tendência conservadora no Senado. Muitos senadores têm me expressado seu convencimento de que a matéria já foi amplamente discutida pelos parlamentares e toda a sociedade, e o governo já cedeu tudo o que

tinha para ceder – afirmou Tião Viana.

O líder do PFL, José Agripino (RN), considera equivocada a avaliação de Viana e faz previsões de emendas no Senado. Mas o líder do PT acredita que, “no máximo em final de setembro, início de outubro, teremos a matéria totalmente votada e aprovada no Senado”.



NOVA ETAPA Presidente da Câmara entrega a proposta para que Sarney dê início à tramitação no Senado

Reforma é um passo importante, esperado pela sociedade, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse que, havendo entendimento, a reforma da Previdência estará pronta para ser votada no final de setembro. Ele fez a afirmação ontem, após ter recebido o texto aprovado na Câmara.

Indagado sobre a possibilidade de o PFL e o PSDB dificultarem a aprovação, Sarney observou que, como presidente do Senado, tem o dever de cumprir o Regimento Interno, mas também de dar liberdade aos partidos para que usem os recursos próprios da prática parlamentar. Quanto à possibilidade de mudanças no texto, frisou que o Senado, como Casa legislativa, sempre deseja participar e costuma melhorar as proposições que examina.

– Agora, o que sempre digo é que os espaços das questões

maiores da reforma da Previdência já foram discutidos na Câmara com uma grande área de consenso, o que não é o caso da reforma tributária.

O presidente do Senado disse ainda que a reforma não é deste governo nem do governo passado, “é uma reforma que há muito tempo vem sendo tentada e que necessitou sempre de vontade política para ser aprovada”. Sarney lembrou que, se vários governos tentaram reformar a Previdência e se várias vezes o Legislativo disse que tinha vontade política para fazer, o que ficou provado é que não havia esse desejo nem de um lado nem de outro.

– Agora temos uma vontade política conjugada, amadurecida ao longo do tempo, e com certeza votaremos a reforma da Previdência, a tributária e ou-

tras reformas necessárias que subsequentemente serão examinadas – completou.

O senador reconheceu que algumas discussões remanescem no texto, como o limite de idade para aposentadoria compulsória, a paridade de reajuste salarial entre ativos e inativos e a transição do atual sistema para o novo. Em sua opinião, os pontos controversos poderão ser examinados e negociados pelo relator, Tião Viana.

Sarney também fez uma análise da importância da reforma, salientando que só a votação da proposta numa das Casas do Legislativo já deu grande confiança à população e elevou o conceito do país em nível nacional e internacional.

– É um passo importante, que há muito tempo a sociedade aguardava – frisou.

Paim considera provável que ocorram mudanças

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), garantiu que os senadores discutirão “livre e exaustivamente” o projeto de reforma da Previdência. Ele disse que o Senado vai debater a reforma e que, portanto, “é possível, e até provável, que sejam feitas mudanças relevantes” no texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Paim reafirmou que não é favorável a certos aspectos da reforma, em especial as regras de transição para a aposentadoria dos atuais servidores, que considerou “perversas”.

Os senadores, salientou Paulo Paim, “não podem agir como avestruzes, que enterram a cabeça na areia para impedir a tempestade”. O projeto de reforma somente não será modificado caso a ampla maioria dos senadores decida votar contra todas as mudanças a serem propostas, hipótese na qual ele disse não apostar.

Paim lembrou que a Câmara debateu e modificou o projeto da Previdência, está fazendo o



DEBATE Paim observa que a Câmara modificou o texto e o Senado pode fazer o mesmo

mesmo com a reforma tributária e discutirá as demais, como a trabalhista e a política. Não há motivos para que o Senado não siga exatamente o mesmo procedimento, ressaltou.

Em aparte, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) observou que a “cantiga” segundo a qual o Senado nada pode modificar, para apressar a tramitação, precisa mudar. O Senado “não é anexo da Câmara ou do Planalto; é independente”, garantiu o líder do PSDB.

Efraim: Estado terá eficiência comprometida

O senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou que, com a reforma previdenciária, o governo pode até resolver alguns problemas de caixa, mas comprometerá a eficiência do Estado brasileiro. Ele ressaltou que nenhum país saiu do subdesenvolvimento sem um Estado “eficiente, operoso e inteligente”. Com servidores mal pagos e sem motivação, esse objetivo jamais será atingido, observou.

– Tratando os recursos humanos do Estado como simples questão contábil, estaremos condenando o país ao atraso, com o apoio festivo dos que acham que, resolvendo problemas de caixa, vão proporcionar o “espetáculo do crescimento”; dos que acreditam que, inviabilizando o médio e o longo prazos, ajudarão o Brasil – frisou.

Entre os riscos do desmonte, Efraim citou a possibilidade de o governo ter de pagar milhões em consultoria para suprir deficiências de recursos humanos que não conseguem acompanhar a evolução do conheci-



CAMPANHA Efraim vê proposta como última etapa da destruição da imagem do servidor público

mento, por falta de treinamento e capacitação.

Efraim Morais lembrou que, desde a eleição de Fernando Collor para presidente, a mídia, com auxílio do governo federal e da maioria dos demais governantes, moveu campanha de destruição da imagem do servidor público. A reforma da Previdência vem, a seu ver, destruir o que sobrou, derrubando o pilar das condições que atraíam talentos para o serviço público.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Proposta que chegou ao Senado eleva em sete anos a idade mínima para aposentadoria e taxa em 11% os proventos dos inativos

Servidor trabalhará mais para se aposentar

A proposta de reforma da Previdência Social que chegou ao Senado aumenta em sete anos a idade mínima para que os servidores possam pedir aposentadoria. Além disso, taxa em 11% os proventos dos aposentados e pensionistas e limita a R\$ 2.400 as aposentadorias de quem chegar ao serviço público após a promulgação da reforma. Nos cálculos do governo, ela dará uma economia de R\$ 49 bilhões nos próximos 30 anos.

A mudança atinge os funcionários públicos efetivos. Depois de promulgada a reforma, eles só poderão se aposentar com salário integral se tiverem 60 anos de idade (mulheres, 55), 35 anos de serviço (mulheres, 30) e somarem 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo. Quem completar o tempo de serviço proporcional e quiser se aposentar, poderá fazê-lo, mas terá de aceitar um redutor de 3,5% para cada ano antecipado, se pedir a aposentadoria até 31 de dezembro de 2005. Depois, o redutor será de 5% por ano, limitado ao máximo de sete anos.

Para o governo, a reforma tem dois pontos considerados intocáveis: taxação dos aposentados e pensionistas em 11% (inclusive os atuais) e criação de um novo sistema de aposentadoria para os futuros servidores, que se aproxima do Regime Geral de Previdência do INSS. Ou seja, a aposentadoria máxima a ser paga pelo serviço público para quem tomar posse depois da mudança constitucional será de R\$ 2.400 (mesmo valor do máximo do INSS, que também é reajustado na reforma). Para melhorar a renda na velhice, os funcionários deverão contribuir para um fundo público de previdência complementar.

Os futuros servidores que hajam passado pela iniciativa privada terão o valor da aposentadoria oficial calculada com base na média das contribuições previdenciárias pagas possivelmente desde 1994 (lei ordinária definirá isso). Haverá mudança para quem vier a receber pensão depois de promulgada a emenda constitucional em discussão – as pensões só serão integrais até R\$ 2.400. A partir desse valor, haverá corte de 30%.



MUDANÇAS Há exatos quatro meses, Lula entregava ao Congresso a proposta para a Previdência

Governo cedeu em alguns pontos

Nos quatro meses em que tramitou na Câmara dos Deputados, a reforma recebeu várias alterações, sem mexer nos pontos que o governo considera cruciais. Exemplo: os atuais funcionários ainda poderão se aposentar pelo último salário, mas não terão depois reajustes idênticos aos recebidos pelos servidores da ativa. Ou seja, para eles acaba o que é conhecido como “paridade ativo-inativo”. O governo queria o fim da aposentadoria integral, mas acabou aceitando alteração durante as negociações com os deputados e os governadores.

O reajuste dos futuros aposentados será regido por uma lei ordinária ainda a ser enviada ao Congresso pelo governo. O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, já anunciou que a idéia é corrigir apenas o salário-base, não incidindo o reajuste sobre incorporações ou outras vantagens adquiridas ao longo dos anos pelo servidor.

Uma grande vitória do governo na reforma foi a fixação de um teto salarial para o ser-



CORREÇÃO Ministro Ricardo Berzoini quer limitar reajuste dos futuros aposentados

viço público federal (nos estados, haverá subtetos), válido também para inativos. O teto na União corresponderá ao maior salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (cerca de R\$ 17.100). Nos estados, o subteto do Executivo será o salário do governador, enquanto nos Legislativos será o vencimento do deputado estadual. Nos municípios, o subteto será o salário do prefeito.

A economia do teto e dos subtetos não será grande, mas o governo destaca sua importância moral, pois eles obrigam os governos a cortarem todos os vencimentos de inativos e ativos que superarem esse valor. O limite já existe na Constituição, mas, por falta de regu-

lamentação, nunca foi aplicado. Detalhe: o subteto no Judiciário dos estados será o salário de desembargador, que não poderá ganhar mais que 90,25% do salário de ministro do STF. A fixação desse percentual foi um dos pontos mais polêmicos na tramitação da reforma, porque o governo queria limitar o valor nos estados ao salário do governador. O Judiciário reagiu e, no final, foi acertado o percentual ligado ao STF.

Para os empregados de empresas privadas, que se aposentam pelo INSS, só há uma modificação de peso e que os beneficiará quando se aposentarem. O limite do salário de contribuição e da aposentadoria passará dos atuais R\$ 1.863 para R\$ 2.400. Imediatamente, os empregados privados passarão a recolher, no máximo, sobre esse valor. Como passarão a contribuir com valor mais elevado, com o tempo a média das contribuições previdenciárias também subirá, elevando a futura aposentadoria.

Demostenes critica altos impostos

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) atacou diversos pontos do texto de reforma tributária que tramita na Câmara. Para ele, a proposta está repleta de impropriedades jurídicas, representa um atentado ao equilíbrio federativo e cria a certeza de que haverá aumento da carga tributária.

—Os tributaristas mais ajuizados calculam que a participação do Estado no patrimônio do particular vai crescer dos atuais 36% para 43%. Tenho a nítida impressão de que o governo apresentou um desenho tão mal acabado de reforma tributária, que a intenção primordial é apenas prorrogar a vigência da CPMF e retirar dinheiro da saúde e da educação — disse.

Para Demostenes, a estratégia do governo consiste em apresentar um texto do desagrado da sociedade, para depois, sob o argumento de que o Congresso inviabiliza a reforma, dizer que é imprescindível prorrogar a CPMF e liberar o Orçamento.

O senador apresentou estudo elaborado pelo PFL que aponta defeitos no relatório do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG). Prova do aumento da carga tributária seria tornar permanente a CPMF, onerar as importações e aumentar a incidência do ICMS nas operações de energia elétrica. Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) apontou erros do governo.



ANÁLISE Para Demostenes, reforma tributária está repleta de impropriedades

Célio Azevedo



DEBATES Lúcia Vânia destacou as audiências públicas realizadas pela comissão

Lúcia Vânia faz balanço do trabalho da CAS

Lúcia Vânia (PSDB-GO) prestou contas do trabalho da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que ela preside, em discurso ontem no Plenário. A senadora informou que a CAS realizou 13 reuniões no primeiro semestre, aprovou 27 matérias, sendo seis projetos em decisão terminativa (enviados à Câmara dos Deputados sem necessidade de exame pelo Plenário) e 12 que irão ao Plenário e serão submetidos a outras comissões.

Além da audiência pública realizada na quarta-feira para debater as consequências da fusão Varig-TAM, principalmente nos aspectos trabalhista e previdenciário, a CAS promoveu em 2003 outras quatro audiências, disse a senadora, e também criou subcomissões para temas como idosos, saúde, portadores de necessidades especiais e criança, adolescente e juventude.

A senadora se reuniu com o presidente do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo, que se mostrou disposto a monitorar programas de governo por solicitação da CAS.

Raupp aplaude decisão sobre soja transgênica

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aplaudiu ontem a iniciativa do governo federal e a decisão do Tribunal Regional Federal da 10ª Região, que impedem que "a agricultura nacional seja engessada por tabus e preconceitos". O governo, disse ele, se rendeu ao fato consumado quando autorizou a comercialização da safra de soja transgênica deste ano, porque os próprios produtores, especialmente os pequenos, enxergaram desde cedo os benefícios advindos de seu cultivo.

Raupp chamou de "alvissareira" a decisão do TRF, permitindo que as empresas Monsanto e a Monroy voltassem a lidar com a soja modificada, sem as restrições impostas por uma medida cautelar.

Só a safra gaúcha representa um potencial financeiro da ordem de US\$1 bilhão. A soja transgênica vem sendo consumida em diversas nações do planeta há mais de sete anos, sem registro de efeitos danosos à saúde – finalizou Raupp.



Roosevelt Pinheiro

Audiência avaliará exigências para a entrada de pneus usados no país

CAS convoca governo, órgãos ambientais e fabricantes antes de decidir sobre projeto do senador Flávio Arns

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, na reunião de ontem, requerimento solicitando a realização de audiência pública para discutir projeto de lei do Senado que trata das exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil. Deverão ser convocados para essa audiência, ainda a ser marcada, representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores e da Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados, entre outros.

O requerimento para realização da audiência é de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator do Projeto nº 216/2003, do senador Flávio Arns (PT-PR). O projeto obriga as empresas que im-



Roosevelt Pinheiro

ANÁLISE Valadares (E) é o autor do requerimento para realizar debate sobre o projeto de Flávio Arns (D) que tramita na CAS

portam pneus usados a coletar e destruir, de forma ambientalmente adequada, dez pneus inservíveis para cada pneu usado a ser importado. A comprovação desse procedimento deverá ser feito junto ao órgão federal responsável pelo meio ambiente.

Tecnólogo

A CAS aprovou ainda requerimento solicitando a realização de audiência pública para instruir e debater o Projeto de Lei da Câmara nº 90/2001, que



Roosevelt Pinheiro

regulamenta a profissão de tecnólogo, e requerimento para a realização de audiência pública com vistas a discutir o impacto da reforma tributária nos setores sociais. A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), adiou a votação do parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 664/1999, que ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira. A pedido dos senadores, Lúcia Vânia conce-

deu vista coletiva da matéria. Esse projeto ainda será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em caráter terminativo.

Outra matéria aprovada pela comissão foi uma emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 11/1997, que trata dos acordos judiciais trabalhistas para a concessão de seguro-desemprego e da movimentação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O parecer foi pela aprovação da Emenda nº 1 e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3. Segundo o projeto, os acordos trabalhistas só serão homologados se houver pagamento integral ao empregado das verbas rescisórias devidas por dispensa sem justa causa. A Emenda nº 1 elimina uma expressão e corrige a grafia do FGTS.

O parecer pela prejudicialidade do Projeto da Câmara nº 31, de 2001, que trata do atendimento preferencial a pessoas idosas, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames no Sistema Único de Saúde (SUS), foi também aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

CAE aprova indicação de Luiz Otávio para o TCU

Com 20 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) teve seu nome aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) na vaga a que o Senado tem direito naquela corte. O relator do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), destacou a formação acadêmica, a experiência profissional e os vários mandatos eletivos de

Luiz Otávio. A indicação, para o lugar do ministro Iram Saraiva, agora será apreciada, em regime de urgência, pelo Plenário do Senado.

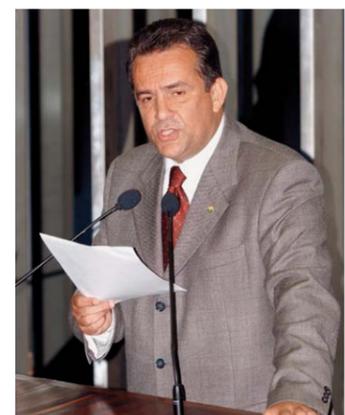
Houve debate a respeito da denúncia contra Luiz Otávio – feita em 2002 pela Procuradoria Geral da República e hoje no Supremo Tribunal Federal –, segundo a qual ele teria, como dirigente da empresa Rodomar, participado do desvio de cerca R\$ 12 milhões de recursos do Banco do Brasil. Luiz Otávio

alegou que a questão já foi julgada improcedente pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado e que confia na sua absolvição, já que era apenas gerente na época das ocorrências.

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), ressaltou que o conselho investigou as denúncias e decidiu arquivar o processo "por absoluta falta de provas". Renan foi apoiado pelos senadores João Ribeiro (PFL-TO), Mão Santa (PMDB-

PI), João Alberto Souza (PMDB-MA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Duciomar Costa (PTB-PA), Ney Suassuna (PMDB-PB), Aelton Freitas (PL-MG) e Hélio Costa (PMDB-MG).

Heloísa Helena (PT-AL), relatora do caso no Conselho de Ética, esclareceu que a matéria não foi mais bem averiguada por entender, aquela comissão, que ocorreu antes do mandato de Luiz Otávio.



Roosevelt Pinheiro

MINISTRO Se aprovado pelo Plenário, Luiz Otávio poderá ocupar vaga de Iram Saraiva

Agripino critica ministro da Saúde por declaração

O senador José Agripino (PFL-RN) criticou declaração do ministro da Saúde, Humberto Costa, de que o governo só trabalha com quem tem lado. A declaração do ministro, divulgada ontem por vários jornais, foi feita durante comentário sobre o afastamento da diretoria do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

– Ninguém pode se dar ao luxo de trabalhar na Saúde somente com quem está do nosso lado. Pretender isso é falta de espírito público, é no mínimo um egoísmo injustificável – ressaltou o senador.

Agripino perguntou o que aconteceria se destituissem Aluizio Campos da Paz da direção da Fundação Sarah Kubitschek, ou a diretoria do Instituto do Coração (Incor), por não



Agripino: pediria a Haddad para ficar no Inca

estarem ao lado do governo.

– O que é mais importante: ser competente ou ter lado? – questionou.

O senador lembrou que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) era dirigida apenas por quem era do ramo, mas esse parâmetro foi modificado e ho-

je qualquer pessoa pode dirigir o órgão.

– Começou aqui no Distrito Federal. O marido da deputada Maninha, que não era do ramo mas era do lado do governo, foi nomeado e, quando a deputada se absteve de votar a Previdência, foi demitido.

Agripino disse que se fosse presidente da República pediria que Jamil Haddad continuasse dirigindo o Inca em nome do espírito público.

Virgílio vai propor CPI para investigar a crise no Inca

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), está recolhendo assinaturas para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar a crise no Instituto Nacional do Câncer (Inca). O hospital, localizado no Rio de Janeiro, é referência para tratamento do cân-



Arthur Virgílio já está colhendo as assinaturas

cer e passou por crise de abastecimento, provocada por problemas administrativos. A cri-

se culminou na demissão do diretor do hospital, o ex-ministro da Saúde, ex-senador e ex-deputado Jamil Haddad.

Virgílio afirmou que o episódio expôs os problemas da prática adotada pelo atual governo. Segundo ele, o Executivo coloca em postos-chave pessoas sem qualificação técnica, apenas por pertencerem ao Partido dos Trabalhadores.

Borges cobra definição das políticas do governo

Obras essenciais para a população continuam sem um projeto claro, afirma senador

Ao analisar a recente exposição do ministro das Cidades, Olívio Dutra, no Senado Federal, o senador César Borges (PFL-BA) concluiu ser “preocupante a falta de definição do governo federal em relação às políticas governamentais”. Questões importantes e urgentes para o bem-estar da população e o desenvolvimento do país, como o saneamento básico, continuam sem um projeto claro oito meses depois de iniciado o governo Luiz Inácio Lula da Silva, observou.

– O ministro Olívio Dutra trouxe poucas novidades em termos de atuação efetiva do governo federal – afirmou ele, lembrando ter ouvido apenas “muitas avaliações, diagnósticos e promessas para o futuro”.

A única medida concreta anunciada pelo ministro das Cidades, segundo César Borges, foi a criação de um grupo de trabalho interministerial para realizar estudos e elaborar propostas que integrem ações de saneamento no âmbito do



CONSEQUÊNCIAS Carência de saneamento é responsável por 65% das internações, diz Borges

governo federal.

Espera

Borges lembrou que quase 20 milhões de domicílios aguardam a instalação de esgoto sanitário e que a inadequação dos serviços de saneamento responde por 65% das internações hospitalares no país e pela morte por diarreia de 50 mil crianças por ano. Com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), o senador enfatizou a ausência do saneamento no rol de prioridades do governo, lembrando que, dos R\$ 224,2 milhões previstos para serem aplicados no setor em 2003, apenas R\$ 1,1 milhão foi alocado no primeiro semestre.

Falta de acordo sobre MPs adia as votações

Por não haver acordo entre governo e oposição em torno do Projeto de Lei de Conversão nº 23/03 (resultante da Medida Provisória nº 123/03), que regulamenta o setor farmacêutico e cria a Câmara de Regulação do

Mercado de Medicamentos (CMED), foi adiada a votação, em Plenário, das proposições que constavam da pauta da sessão de ontem. O relator da matéria é o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Constava ainda da pauta a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 13/03) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sobre organização dos municípios, que teria o primeiro dia de discussão em primeiro turno.

Sibá Machado comemora os 20 anos de fundação da CUT

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que completou ontem 20 anos de fundação, foi homenageada, em Plenário, pelo senador Sibá Machado (PT-AC).

– A CUT foi uma investida contra o regime autoritário que impossibilitava a vida democrática do país e o desenvolvimento voltado para os interesses dos brasileiros do campo e da cidade e cerceava nossos pensamentos, ações e relações – disse o senador.

Sibá homenageou ainda a memória do operário Santo Dias da Silva, morto durante manifestação, e do líder seringaísta Chico Mendes. Em aparte, recebeu apoio de Paulo Paim (PT-RS), fundador da CUT no Rio Grande do Sul.



Suassuna pede transposição de águas do São Francisco

A transposição de águas do Rio São Francisco para áreas no semi-árido do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba voltou a ser defendida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele assegura que a obra é viável, especialmente se forem também utilizadas águas do Rio Tocantins.

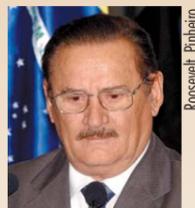
– São 2% dos 2,6 mil metros cúbicos por segundo do São Francisco. Isso não prejudicaria as populações ribeirinhas, que, por sinal, passam sede – disse o senador, salientando que 145 cidades na Paraíba estão sem água.



Duarte quer liberação de recursos para Castanhão

A imediata liberação de recursos da ordem de R\$ 160 milhões para a conclusão das obras da Barragem do Castanhão, no interior do Ceará, foi motivo de apelo do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) ao governo federal. Com esses recursos, segundo o parlamentar, as obras complementares poderão ser retomadas.

Reginaldo Duarte informou que a principal etapa do empreendimento ficou pronta, faltando apenas o reassentamento da população rural, o desmatamento de parte da bacia a ser inundada e a implantação plena dos projetos de irrigação e piscicultura. Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), manifestou apoio ao pleito.





DÚVIDAS Presidida por Suplicy, a comissão debateu o acidente que causou prejuízos ao programa espacial

Reunião conjunta avalia tragédia de Alcântara

■ Três comissões – CRE, CFC e CE – ouvem na quinta-feira dois ministros sobre explosão de foguete

As causas do acidente ocorrido no Centro de Lançamento de Alcântara, no estado do Maranhão, que matou 21 técnicos e trabalhadores do programa espacial brasileiro, serão analisadas em conjunto pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de Fiscalização e Controle (CFC) e de Educação (CE).

Deverão comparecer à reunião os ministros da Defesa, José Viegas Filho, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, além do presidente da Agência Espacial Brasileira, Luiz Bevilacqua, e do presidente da comissão criada para investigar a tragédia, coronel Antônio Car-

los Cerri. A reunião, que será realizada em caráter reservado, está marcada, inicialmente, para a próxima quinta-feira, a partir das 10h.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG), um dos autores do requerimento sugerindo a reunião, anunciou que vai indagar aos ministros e autoridades ligadas ao programa espacial brasileiro se a explosão poderia ter ocorrido em virtude de “interferências eletrônicas vindas de navios estrangeiros ancorados na baía de São Marcos”, que fica próxima à base.

– Será que esses navios poderiam ter interferido, eletronicamente, na performance do lançamento? – indagou Hélio Costa, ao informar que essa hipótese, “que não pode ser descartada”, foi levantada quando ocorreu o primeiro acidente na base de Alcântara, em 1997.

Na época, lembrou o senador, navios de bandeira estran-

geira estavam ancorados na baía, e técnicos em eletrônica chegaram a advertir que as embarcações poderiam ser as responsáveis pelo acidente, causando interferências eletrônicas.

– A explosão foi causada pela ignição extemporânea de um dos motores do foguete. Objetivamente, podemos dizer que motores não entram em funcionamento por combustão espontânea, pois precisam ser acionados. O que ocorreu então? Esta é a questão que precisa e deve ser respondida – afirmou Hélio Costa.

O senador disse que não acredita em sabotagem, mas alertou que apenas cinco países – Estados Unidos, França, China, Ucrânia e Japão – detêm a sofisticada tecnologia de lançamento de foguetes, que movimenta US\$ 32 bilhões anuais, e o Brasil é hoje o único país em condições de disputar o mercado.

Relações Exteriores aprova indicação de Vieira de Mello ao Nobel da Paz

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem por unanimidade parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ao Requerimento nº 724/2003, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), sugerindo que o Senado Federal proponha à Organização das Nações Unidas (ONU) a indicação do nome do embaixador Sérgio Vieira de Mello como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003. O requerimento vai agora a votação no Plenário.

Simon disse acreditar na aprovação da homenagem ao brasileiro, morto no dia 19 de agosto em atentado terrorista



MÉRITO Simon qualificou Vieira de Mello como “cidadão do mundo a serviço da paz”

contra a sede da ONU no Iraque, pois Vieira de Mello foi “um cidadão do mundo que morreu a serviço da paz”.

Para Suplicy, a indicação justifica-se plenamente, já que o

embaixador “foi um militante que escolheu a paz como cidadania e o trabalho como forma de exercê-la”.

– O embaixador exerceu seus ideais. Não esperou que lhe entregassem um mundo com menos diversidades. Construiu-o como pôde – afirmou Suplicy.

Os membros da CRE aprovaram, ainda, o Requerimento nº 626/2003, de autoria do senador Hélio Costa, solicitando voto de louvor à proposta do ex-chanceler israelense Shimon Peres de internacionalização da parte antiga da cidade de Jerusalém.

País deve dividir receitas e deveres, prega Maciel

Em análise comparativa entre o federalismo brasileiro e o norte-americano, o senador Marcos Maciel (PFL-PE) apontou, para além das semelhanças entre ambos, que o maior desafio a ser enfrentado pelo Brasil é o de compatibilizar, com justiça, receitas e responsabilidades devidas à União, estados e municípios.

O senador afirmou ontem que o desequilíbrio entre o poder nacional e as demais instâncias da Federação explica por que, “toda vez que se fala em racionalizar o sistema tributário, estados e municípios desencadeiam legítima e enorme pressão pelo que se convencionou chamar de renegociação do pacto federativo”.

Os fundamentos teóricos dos federalismos do Brasil e dos Estados Unidos são os mesmos, observou Marco Maciel. Ambos se baseiam na igualdade de todos os estados no Senado, o que faz supor a igualdade política entre eles. Ambos têm uma carta de direitos que reserva ao povo garantias e prerrogativas não delegadas pela Constituição à União nem aos estados. Ambos reservam papel ativo ao governo federal e aos estados em relação ao povo. E ambos atribuem papel de árbitro e guarda da Constituição a uma corte suprema, comparou o senador.

Os dois países, de acordo com o senador, também têm semelhanças nas transformações por que passaram nos dois últimos séculos. Em momentos diferenciados, Brasil e Estados Unidos passaram por processos de centralização política e de maior intervencionismo estatal, em que os estados foram enfraquecidos economicamente em relação ao poder federal.

Em termos políticos, acrescentou, os efeitos desses processos, no que diz respeito ao fortalecimento do governo central e o conseqüente enfraquecimento dos estados, produziram resultados diferentes nos dois países. Em 1972, o Congresso norte-americano aprovou a Lei da Partilha da Receita, para atenuar a dependência econômica das unidades da Federação em relação ao governo federal. Hoje, informou, a diferença de renda entre os estados mais ricos e os mais pobres é de



ANÁLISE Maciel disse que, na questão federativa, EUA e Brasil obtiveram resultados diferentes

quatro vezes. No Brasil, a descentralização das receitas iniciada antes mesmo da Constituição de 1988 não resultou em maior igualdade: há estados que são 14,7 vezes mais ricos que outros, afirmou o senador.

Sem esmolas

Nos Estados Unidos, após a Lei da Partilha, os críticos das assimetrias entre os entes federados indagavam se o país conseguiria construir um federalismo que funcionasse “sem contínuas esmolas federais”, relatou Marco Maciel. Para ele, esta é também a indagação que cabe fazer hoje no Brasil, dado o desequilíbrio entre partilha de arrecadação e obrigações que cabem à União e aos estados.

Maciel lembrou que o Brasil tem um sistema previdenciário descentralizado e uma legislação previdenciária que se pretende unificada; um sistema de saúde diversificado nas demandas e unificado na gestão e nos aspectos econômicos; um sistema penitenciário cuja concepção é federal e cuja execução é estadual; um sistema de segurança concebido como se fosse descentralizado em face das peculiaridades regionais e que em suas práticas é quase uniforme nos procedimentos, carências e em vias de se transformar num sistema único de segurança.

– Será este o modelo desejável para um país com tanta diversidade, tantas peculiaridades e tantas disparidades? Em outras palavras podemos tratar simetricamente uma Federação tão assimétrica? É possível a questão em outros termos? É razoável mantermos um regime tão desequilibrado em suas necessidades e tão equilibrado em suas pretendidas soluções?

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Papaléo Paes, Sibá Machado e Mão Santa